

# O diálogo dos derrotados: imagens dos guerrilheiros na obra de b. **kucinski**

*The dialogue of the Defeated: Images of the guerrilla fighters in the literary works of  
B. Kucinski*

***Filipe Martins Santos Mercês\****

---

\*Bacharel em Letras em Português e Alemão pela Universidade de São Paulo. Mestrando do Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP. E-mail: filmerces@gmail.com.

## **Resumo:**

**Este artigo investiga de que maneira a obra literária de Bernardo Kucinski formaliza a figura do guerrilheiro que entrou em combate contra a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Busca-se comparar a visão do autor com a de outros escritores sobre o tema e entender em que medida Kucinski aproxima-se e distancia-se da memória hegemônica que a sociedade civil possui em relação à oposição armada ao regime.**

**Palavras-chave: Bernardo Kucinski; Guerrilha; Ditadura Militar Brasileira; Memória Hegemônica; Literatura Brasileira Contemporânea.**

## **Abstract:**

**This article investigates how the literary works of Bernardo Kucinski formalizes the character of the guerrilla fighters who engaged in combat against the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). It seeks to compare the author's vision with that of other writers on the subject and to understand to what extent Kucinski comes close and distances himself from the hegemonic memory that civil society has regarding armed opposition to the regimen.**

**Keywords: Bernardo Kucinski; Guerrilla; Brazilian Military Dictatorship; Hegemonic Memory; Contemporary Brazilian Literature.**

## **Introdução: Memória Hegemônica do Regime Militar e a Literatura Brasileira**

Uma publicação ano passado no Facebook chamou-me a atenção. Nas longas discussões virtuais feitas após as eleições do ano passado, um membro de um grupo da citada rede social postou o seguinte comentário, que seria visto por muitas pessoas nos dias seguintes: “meu pai nunca foi torturado pela ditadura, por que será? Talvez porque ele estava trabalhando?”. A frase serve, em primeiro lugar, para combater as críticas feitas ao atual presidente da república, que em vários momentos defendeu abertamente a ditadura militar e, em segundo lugar, serve também para defender a própria ditadura, mesmo que para fazê-lo seja necessário defender a tortura, que, segundo a frase, só teria atingido quem não trabalhava ou quem cometia crimes. A frase é um sintoma de que um certo revisionismo histórico sobre o período militar está a todo o vapor. Ele vai contra a memória hegemônica que se cristalizou sobre a ditadura, formada a partir dos anos 70 e que a vê como um período profundamente violento e antidemocrático. O historiador Marcos Napolitano, em um artigo de 2015, reflete sobre esta memória. Diz ele:

À exceção de algumas vozes da extrema direita, ainda que cada vez mais eloquentes no espaço público no momento em que escrevo este artigo, poucos atores políticos, intelectuais ou partidos políticos reclamam para si o legado da ditadura. Até bem pouco tempo atrás, ter participado diretamente do regime era uma mancha no currículo político, se não fosse acompanhada de uma boa desculpa, expiação ou autocrítica

públicas. A imprensa liberal, protagonista central da conspiração que derrubou João Goulart, destacou-se na denúncia do autoritarismo, da tortura, da censura como marcas centrais do regime que ela ajudou a construir. Basta ver os termos de qualquer editorial, matéria ou caderno especial sobre aquele período publicado nos grandes jornais brasileiros. (NAPOLITANO, 2015, p. 18).

As palavras do historiador hoje precisam de atualização, tendo em vista que a extrema direita chegou este ano ao poder por meio do voto popular e, portanto, uma nova memória hegemônica mais simpática ao regime militar vem se constituindo. Porém, é importante traçar as características da memória hegemônica de que fala Napolitano, da qual a extrema direita não concorda mas que ainda é compartilhada por muitos setores da sociedade civil. Tal memória é multifacetada e foi formada, segundo o historiador, a partir dos anos 70. O fim do milagre econômico, a censura, a tortura e os escândalos de corrupção no governo Geisel e Figueiredo fizeram com que o setor liberal-conservador da sociedade, que abrange a grande imprensa e a classe média escolarizada, se descolasse do regime e tomasse parte na luta pela democracia. A esquerda que havia pegado em armas já tinha sido quase que totalmente exterminada pelo regime, os poucos combatentes que conseguiram sobreviver uniram-se à esquerda não militarista ligada ao PCB e compartilharam com o setor liberal-conservador o protagonismo na luta pela democracia:

A visão de ‘sociedade vítima’, mas resistente e digna, foi compartilhada por liberais e pela esquerda, tanto a que tinha pego em armas, quanto os pecebistas e outros grupos que recusaram o viés militarista. Ter sido, de alguma maneira, resistente passou a ser o passaporte político para a futura recomposição do sistema político. [...] Com o fim do regime e a posse do

novo governo civil, fixou-se a memória da ditadura como “lacuna histórica”, como “usurpação do estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada (NAPOLITANO, 2015, p. 22-23).

A nova república construiu então sua legitimidade como oposição à ditadura, tanto à esquerda quanto à direita, que proclamaram para si o lugar de protagonistas na resistência ao autoritarismo. Fica de fora dessa ideia de sociedade vítima, porém resistente, a defesa da luta armada, que teria, segundo liberais conservadores, a esquerda pecebista e os sobreviventes desta mesma luta, retroalimentado a violência do regime.

A condenação da opção guerrilheira como instrumento político por parte dos liberais e setores da esquerda pecebista se pautava na perspectiva de que as ações armadas retroalimentavam a violência repressiva do regime, além de isolar os guerrilheiros da sociedade civil, que supostamente se inclinava mais para a resistência pacífica ao regime. [...]A visão da guerrilha como idealismo juvenil sem base na realidade e sua condenação como arma política efetiva se alimentam e marcam o seu lugar na memória social, é muito presente até hoje sobretudo nos filmes e telenovelas. (NAPOLITANO, 2015, p. 24).

Esta memória, embora de apelo democrático e feita pelos opositores da ditadura, é, portanto, problemática. Setores liberais-conservadores conseguem, com a ideia de sociedade vítima, apagar a colaboração que prestaram ao regime militar. Afinal, como bem lembra Gaspari, não teria sido possível sumir com corpos, manipular autópsias e prender

adversários políticos sem uma rede de médicos e juristas corruptos (GASPARI, 2002). A opção da guerrilha armada é, por sua vez, ao mesmo tempo, desqualificada por essa versão da memória hegemônica, pois é taxada de romântica, infantil, irresponsável e antidemocrática. E na literatura brasileira? Como são tratadas a guerrilha armada e a memória hegemônica? A literatura pode contribuir com a historiografia?

As relações entre literatura e história são muito profícuas. Com a ascensão do romance no século XVIII e, especialmente, com o surgimento do romance histórico no século XIX por meio da obra de Walter Scott, a literatura e a história serão aproximadas, pois as personagens do romance já não são mais figuras excepcionais e sim produtos e atores de seu tempo. Elas estarão a partir de então profundamente intrincadas nos acontecimentos políticos e sociais de sua comunidade (DE MARCO, 2000). A prosa do século XIX focará principalmente no homem comum. Os sentimentos e ações dessas novas personagens só poderão ser entendidos no contexto histórico em que viveram (AUERBACH, 2002). A história torna-se, portanto, um prato cheio para escritores criarem personagens, ambientes e intrigas. Sem a tumultuada situação social da França na época da restauração não seria possível existir uma obra como o *Vermelho e o Negro*. A ascensão implacável da burguesia é, por sua vez, condição necessária para o surgimento das grandes personagens arrivistas de Balzac. É, portanto, ponto pacífico para leitores, escritores e críticos a importância da história para que entendamos uma obra literária. O que é menos clara, à primeira vista, é a relevância da literatura para a história. Afinal, o que contos e romances contribuem para o entendimento de um período histórico, como

por exemplo a ditadura militar, que a boa historiografia já não tenha contribuído?

Para respondermos à pergunta acima, é muito importante termos em mente a noção, hoje cara à pesquisa historiográfica, de *imaginário*. O imaginário é o meio pelo qual os indivíduos envolvidos em uma sociedade organizam, classificam e avaliam o real à sua volta. Atividade de espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, o imaginário representa também o abstrato, o não-visto e não-experimentado” (PESAVENTO, 2006, p. 12). O imaginário é um “sistema produtor de ideias e imagens” (PESAVENTO, 2006, p. 12) e que “suporta, na sua feita, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual que formam o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível” (PESAVENTO, 2006, p. 12). A historiografia também faz parte do imaginário, pois busca organizar a multiplicidade difusa dos fatos passados a fim de encontrar condições de melhor entendê-los e explicá-los para as gerações futuras. Mas ela é regida por uma busca daquilo que de fato ocorreu, segue procedimentos específicos de análise e coleta de dados, está inserida em uma prática epistemológica que não necessariamente exclui todas as sensibilidades e emoções, mas que sem dúvida é mais marcada pelo racional e conceitual.

A literatura não tem essa obrigação de narrar o que de fato ocorreu, mas sim, dialogando com Aristóteles, o que poderia ter ocorrido (PESAVENTO,

2006, p. 16). Ela não necessariamente dispensa o conceitual e o racional, mas se insere principalmente no campo do sensível, da vida íntima das pessoas, de suas felicidades e sofrimentos, crenças e frustrações – ela deixa transparecer o *Zeitgeist* de uma época. Conclui-se que a literatura é uma fonte profícua para a história. Ela recupera as emoções e sentimentos dos homens, seus sangues e lágrimas, mas também se preocupa com organizar esse conteúdo em uma lógica interna a partir do verossímil de suas personagens e ações, opinando e classificando os fatos coletivos. Ela “ajuda a forjar consciências e imaginários sobre o real [...] e dissemina valores e posicionamentos ideológicos sobre a história e a sociedade na qual se insere” (NAPOLITANO, 2016, p. 230).

Rancière esclarece-nos que a ficção, por sua vez, não é sinônimo de falseamento. Ela é, pelo contrário, uma forma de criar entendimentos, “é um jogo de saber que se dá num espaço tempo determinado. Fingir não é propor engodos, porém explorar estruturas inteligíveis” (RANCIÈRE, 2009, p. 53). A literatura mistura, ainda de acordo com Rancière, fatos empíricos (acontecimentos históricos) e uma ordenação desses mesmos fatos para que nós os entendamos melhor (composição formal e ficcional). E a história, principalmente após as grandes catástrofes do século XX, vai precisar também se utilizar de mecanismos artificiais de explicação e composição para tornar acontecimentos inenarráveis e impossíveis de serem apreendidos totalmente (como o holocausto) em acontecimentos inteligíveis. Daí a preocupação da prática historiográfica em compilar testemunhos das vítimas dessas catástrofes, proporcionando um entendimento mais amplo do que de fato ocorreu. O trabalho do historiador, por meio da

colagem de rastros materiais difusos e raros e da comparação entre testemunhos das vítimas (às vezes díspares) lembra o ficcionista em seu trabalho de ordenação da narrativa e criação verossímil da intriga, misturando o empírico do mundo com o inteligível da narração:

O testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o 'empírico' traz as marcas do verdadeiro sob a forma de vestígios. 'O que sucedeu' remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de *mostração* de sua própria necessidade. Do outro, 'o que poderia suceder' não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação de ações. A 'história' poética, desde então, articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas. (RANCIÈRE, 2009, p. 57).

Em outras palavras: a literatura, desde pelo menos o século XIX, deixa de ser apenas uma "máquina de compreensões complexas" e apropria-se do "empírico, dos vestígios, daquilo que sucedeu". Por outro lado, a história deixa cada vez mais de ser apenas um apanhado aleatório do "que sucedeu" e incorpora essa "máquina de compreensões complexas" típica da construção narrativa a fim de preencher os furos que a falta de rastros deixou.

A ficção, portanto, é necessária para ordenar e entender o passado. No caso do século XX, marcado pelas duas grandes guerras, ela será essencial para manter viva a lembrança das vítimas do extermínio, seja a lembrança do fascismo europeu, seja a lembrança das ditaduras latino-americanas. Gagnebin (2009) recupera a ideia benjaminiana do declínio da experiência e do fim das grandes narrativas. Estes

dois processos estão ligados ao período das duas grandes guerras, quando, ao voltarem dos campos devastados pela primeira guerra mundial, os soldados voltam mudos, pois eles são incapazes de compreender todo o horror que vivenciaram nos campos de batalha e, portanto, todas as palavras são insuficientes para relatá-lo. Experiência e narrativa são incapazes de dar conta do horror que não tem tamanho. Isso não significa que a narrativa morreu, mas que ela se esforçará para juntar os destroços desses traumas históricos, sem ambição de totalidade. O narrador e o historiador seriam assemelhados ao "catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder" (GAGNEBIN, 2009, p. 53). Testemunhar é deixar que os rastros do crime não se apaguem, a testemunha é relacionada também à figura desse catador, ela está obcecada em não deixar esquecer aquilo que sofreu. Mas não só testemunha é aquela que sentiu na própria pele o horror da tortura ou do campo. Afinal, a vítima que experienciou o campo de extermínio em sua totalidade está morta, o sobrevivente não passou pela lógica completa de Auschwitz, que é a morte. Vale dizer o mesmo para os opositores desaparecidos do regime militar: eles não voltaram para contar sobre a experiência completa do tripé tortura, morte e desaparecimento. Outros precisaram narrar por eles. A testemunha é também aquela que se compadece do sofrimento do outro que não pode dizer por si mesmo; ela tenta entender esse sofrimento e expressá-lo em palavras. "Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do

outro” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). Logo, todo escritor que busque formalizar a experiência do campo de extermínio ou do aparato de repressão militar é também uma testemunha e seu livro, por mais ficcional que seja, também será um livro de testemunho.

É com essas considerações em mente que analisaremos a obra de Bernardo Kucinski. Seu romance *K*. é muito interessante no sentido formal, pois mescla de forma inseparável ficção e realidade. O narrador é o pai do escritor, que vai em busca da irmã do escritor, Ana Rosa Kucinski, professora de química da USP perseguida e morta pelo regime. Embora tudo tenha de fato acontecido, “tudo é invenção” (KUCINSKI, 2016, p. 11), como diz o próprio narrador, pois o pai já é morto, logo, foi preciso ocorrer um certo esforço de criação para “reconstituir” a personalidade e os pensamentos do pai. Há capítulos com histórias independentes intercaladas com a história principal, e que são por assim dizer contos, alguns totalmente inventados, como nos informará o escritor em seu próximo livro, *Os visitantes*, que é um misto de continuação, análise e relato da recepção de *K*. A ficção, portanto, está também muito presente na obra; além do mais, podemos dar 100% de crédito ao escritor quando ele diz que algo foi totalmente inventado ou totalmente verídico? É sem dúvida uma tarefa arriscada, para não dizer impossível, tentar separar o que é real do que é ficção em Kucinski. Essa mistura, porém, promove uma riqueza de imagens e histórias sobre o período militar:

O livro ilumina diferentes pontos de vista, que perfazem os diversos segmentos da ditadura militar no Brasil, trazidos à tona pelos caminhos da busca do pai. São esses rumos, independentes entre si, que dão substância à matéria sobre a qual se ocupa o livro e que tem como ponto nuclear o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva, em abril de 1974. (WALDMAN, 2011, p. 6).

E, como continuação a este projeto, sua coletânea de contos *Você vai voltar pra mim e outros contos*, prossegue na ambição do autor de transformar os anos de chumbo em matéria literária, complementando o discurso histórico, que, na sua visão, é insuficiente para captar “nuances e complexidades”:

Aos leitores mais jovens, não familiarizados com aqueles tempos, acredito que essas narrativas de cunho literário permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar. (KUCINSKI, 2014, p. 7).

Quais seriam as nuances e as complexidades da vida do guerrilheiro na obra de Kucinski? Ou, reformulando a pergunta: a figura do guerrilheiro é complexa e nuançada em sua obra? O objetivo deste artigo é responder a esta pergunta. Sabemos que o guerrilheiro não tem muito lugar na memória hegemônica do regime. Muitos discordam sobre como avaliá-lo, muitos não o entendem. Compreender, portanto, como um autor importante analisa esta figura central dos anos de chumbo pode servir de pista para analisar em que lugar este escritor insere-se nas discussões sobre o regime militar.

Para responder a esta pergunta, analisaremos mais detalhadamente o conto *A troca* da sua coletânea *Você vai voltar pra mim* e em seguida

compararemos este conto com outras obras sobre o tema de outros escritores e com alguns trechos de outras obras de Kucinski.

## **Diálogo dos Derrotados: Garotos na Prisão**

Antes de começar o trabalho de análise literária é importante tratar brevemente sobre a guerrilha. Quem a compôs e por que decidiram pegar em armas? A opção pela luta armada não pode ser entendida na conjuntura atual, ela organizou-se em um contexto muito diferente. Algumas vozes, inclusive de ex-combatentes, sugerem que setores da esquerda, após a grande derrota que o golpe de 1964 significou para as forças progressistas, teriam pegado em armas como última alternativa à repressão que a ditadura lhes impôs, com os canais de oposição democrática (partidos, associações e imprensa) proibidos pelo regime, as armas eram os únicos meios de combate (RIDENTI, 2010, p. 63). Um olhar mais detalhado, porém, desmente o fato. Na verdade, o projeto de combate armado já era olhado com certa simpatia desde antes do golpe, como proposta de oposição ao imperialismo americano e ao latifúndio brasileiro, os dois grandes vilões do atraso social, político e econômico da América Latina. E a revolução bem-sucedida em Cuba e as vitórias, ainda que a duras penas, das batalhas do Vietnã contra os Estados Unidos, serviram de inspiração para parte da esquerda brasileira (RIDENTI, 2010, p. 65). Soma-se a isto a profunda desilusão com a tese de revolução burguesa e pacífica do PCB, até então o partido com maior número de seguidores da esquerda e com amplas bases de apoio popular. Esse projeto defendia

que, para combater o domínio imperialista e as forças arcaicas da burguesia latifundiária, seria preciso primeiramente, com a ajuda da burguesia industrial, realizar uma revolução burguesa no Brasil para que posteriormente fosse possível uma etapa socialista. (RIDENTI, 2010, p. 34-35). Com a grande derrota de 1964, contra a qual a esquerda sequer buscou resistir, ficara claro que a burguesia industrial ou estava associada ao latifúndio, ou não teria forças nem meios para combatê-lo. Embora as nascentes organizações armadas concordassem que o grande inimigo a ser combatido seria o imperialismo, elas propunham que somente uma revolução com armas, liderada pelos trabalhadores, teria chances contra as forças arcaicas da sociedade brasileira. (RIDENTI, 2010, p. 36).

As organizações armadas buscavam, portanto, instaurar uma revolução popular contra as elites agrárias e o capitalismo internacional. Derrotar a ditadura era apenas um passo para este objetivo. Não pretendiam restaurar uma democracia liberal, pois não acreditavam nela como uma via para a justiça social (RIDENTI, 2010, p. 67). Muito além de uma escolha juvenil sem base na realidade, ela fora uma resposta ao fracasso do projeto de revolução burguesa, democrático e institucional do PCB numa conjuntura internacional de contestação ao imperialismo:

A 'luta armada' brasileira nos anos 1960 só pode ser entendida naquele momento histórico preciso, o que nem sempre teria ficado claro em alguns livros de memórias de ex-guerrilheiros que, ao ver o passado com os olhos de hoje, teriam desfigurado e tornado incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários. (RIDENTI, 2010, p. 57).

A temática da ditadura militar e dos guerrilheiros já foi assunto da literatura brasileira,



durante e depois da ditadura. Figueiredo (2017) fez um precioso compilado das obras sobre o tema e as divide em três períodos. O primeiro período vai do golpe de 1964 até o fim do AI-5, marcado por romances de formação, como *Quarup* de Antonio Callado e *Pesach: Travessia*, de Carlos Heitor Cony, escritos no final dos anos sessenta. Estes romances formalizam a crença na guerrilha como forma legítima e possível de combater o regime, defendem também que o destino do intelectual seria aderir a ela. Com a derrota da guerrilha no começo dos anos setenta, essa crença na luta armada cai por terra, e os escritores ora irão focar nos crimes que os guerrilheiros sofreram pelas mãos do estado, como em *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles, e *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, ora criticarão os guerrilheiros pela falta de tato político, como em *Zero* de Ignácio de Loyola Brandão. Em muitos casos, os guerrilheiros serão até mesmo ridicularizados, taxados de “esquerda festiva”, como é o caso de *Bar Don Juan*, do mesmo Antonio Callado que na década anterior acreditara na guerrilha. O Segundo ciclo de romances (1979-2000) é abundante de relatos autobiográficos, pois, após a anistia, muitos ex-guerrilheiros voltam ao Brasil e contam suas experiências como opositores ao regime, este é o caso de *O que é isto: companheiro*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis. Como tentaremos mostrar ao comentar brevemente o livro de Sirkis, veremos que a mistura de reprovação e deboche contra a guerrilha mantêm-se nesse período. O terceiro período, que vai de 2000 a 2016, é marcado por relatos ficcionais com elementos autobiográficos, seus autores tiveram alguma relação

com a ditadura, pois passaram sua juventude nela, mas não foram vítimas diretas da repressão, precisaram portanto usar relatos de terceiros e preencher lacunas por meio da ficção para formalizar os crimes do estado (FIGUEIREDO, 2017, p. 87). A obra de Kucinski insere-se nesse período, buscaremos ver se ela compartilha em todo ou em parte da imagem da guerrilha como aventura “juvenil sem base na realidade” cristalizada nos dois períodos anteriores.

Analisaremos agora como a luta armada é entendida por Kucinski. O escritor cai na visão anacrônica da memória hegemônica ou faz um exercício de distanciamento histórico? Em que medida ele se aproxima e se distancia de outros escritores que tratam sobre o tema? Quais são os meios literários utilizados pelo escritor?

O conto *A Troca* contém três personagens - Agenor, Reinaldo e Celso -, e é dividido em cinco partes, sendo que as três primeiras funcionam como descrição psicológica de cada uma das três personagens, a quarta parte é o encontro das duas personagens principais e na última parte ocorre o desfecho, a referida troca, que, na verdade, trata-se de uma troca entre guerrilheiros presos por diplomatas sequestrados pela guerrilha urbana. A guerrilha urbana teve uma vida muito curta. Elio Gaspari nos conta seus atentados armados bem-sucedidos no auge de sua força:

1. Assalto ao trem pagador da ferrovia Santos-Jundiaí (10 de agosto de 1968), pela ALN.
2. O ataque ao QG do II Exército (26 de junho de 1968), pela VPR
3. O assassinato do capitão Chandler (12 de outubro de 1968), pela VPR

4. O roubo do cofre de Adhemar de Barros (11 de maio de 1969), pela VAR-Palmares, derivada da VPR e do Colina, e
5. O sequestro de Elbrick (4 de setembro de 1969), pelo condomínio da Dissidência Universitária com a ALN (GASPARI, 2002, p. 162).

Os assaltos, conhecidos internamente como “expropriações”, eram meios pelos quais as guerrilhas ganhavam dinheiro para financiar seus atentados. Os sequestros de embaixadores eram feitos para trocá-los por militantes presos. O objetivo da guerrilha com tais ações era desestabilizar o regime e procurar angariar forças para organizar uma nova guerrilha armada, com amplo apoio popular, em um segundo momento, no campo (GASPARI, 2002). Do ataque ao QG do segundo exército ao sequestro do embaixador americano a guerrilha viu o auge de suas ações e visibilidade. Todavia, logo o regime, por meio de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos (nesta ordem) desmembrou todas essas organizações, e a maioria de seus quadros já se encontravam presos, mortos ou desaparecidos no começo dos anos 70:

No fim de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes. A unificação de esforços colaborou para o trabalho da ‘tigrada’<sup>1</sup>, mas foi o porão que lhe garantiu o sucesso. Entre 1964 e 1968 foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1027 e em 70, 1206. (GASPARI, 2002, p. 160).

Pode-se dizer que as três primeiras partes do conto funcionam como preparação da ação principal que ocorrerá nas últimas duas. A primeira é dedicada ao guarda Agenor. Com o uso do discurso indireto e indireto livre, o narrador ao mesmo tempo descreve a rotina de Agenor e a dos presos políticos:

O agente penitenciário Agenor passa a informação a meia voz, junto com a caneca de café e pão. Sequestraram um cônsul, estão pedindo vinte em troca. E mais não diz. Segue com carrinho do rancho, mais rápido que de hábito, para não dar a chance de perguntarem. Sabe que Reinaldo avisará os outros. [...] A ordem é cela trancada, ninguém sai nem pra enfermaria, não tem ligação de advogado, não tem jornal, não tem banho de sol, não tem coletivo, não tem artesanato, não tem porra nenhuma. (KUCINSKI, 2014, p. 72-73).

O estilo da linguagem é direto e bem coloquial, efeito que reforça ainda mais a mistura de vozes entre narrador e personagem no discurso indireto livre. A linguagem, expressiva e direta, funciona como efeito de representação psicológica do ambiente que é perpassado pelo medo (“informação a meia voz”) e pelas ordens severas dadas por homens rudes (“não tem artesanato, não tem porra nenhuma”). É apresentado também que neste ambiente ainda há espaço para o lucro, pois Agenor quebra as regras constantemente para favorecer os presos políticos com pequenos presentes e benefícios de seus parentes. Em troca, ele ganha dinheiro:

Agenor detesta quebras de rotina. Atrapalham seus negócios, que melhoraram com esses presos tão diferentes dos outros. A maioria tem pai rico ou remediado, a revista é relaxada, tranquila, não tem isso de droga escondida na boceta, estilete nos cabelos, não tem confusão. Agenor passa tudo: bilhetezinho, roupa, remédio, cigarro comida. Anota num caderno e de sábado em sábado acerta as contas. (KUCINSKI, 2014, p. 73).

Uma cadeia com muito medo e brutalidade, mas também com o malandro Agenor, que se vira para tirar uns trocados, e que é carinhosamente chamado pelos presos de Turquinho, numa clássica relação de favor. Tudo é dito de forma tão direta que a representação aparenta ter uma certa dose de clichê e de caricatura. Mas nada disso é mentira, e o leitor, acostumado com nossa realidade nacional, toma a cena como verossímil, e com razão. Outro ponto interessante e nem tão clichê assim é a representação das origens destes presos, que vem das classes médias e altas da sociedade, a maioria tem pai rico ou remediado, e possuem muito mais prestígio do que os presos comuns. Ou seja, nem tanto nas entrelinhas assim, o narrador sugere que a maioria de quem pegou em armas não fazia parte da classe trabalhadora e dos mais necessitados, embora lutassem pelo povo, estavam longe dele em sua realidade social.

O interesse primordial do conto é relembrar aqueles anos, dar uma imagem o mais fiel possível de toda a atmosfera do regime, é lutar contra o esquecimento. E nas próximas duas partes do conto conhecemos dois presos políticos, Reinaldo e Celso. Também com a ajuda do discurso indireto livre, conhecemos as origens abastadas de Reinaldo e como ele entrou na luta:

Cursava o terceiro ano de letras quando se engajou. Caiu logo no começo. E logo no começo concluiu que a luta estava perdida. Na cadeia faz poesia, sonha com o dia em que vai ser solto e pensa nos pais idosos, lá longe no Nordeste, mais na mãe do que no pai. A família é abastada, tem

empresa de importação-exportação e fazenda de cacau na Bahia. [...] Reinaldo tenta se imaginar de repente num país estranho, exilado. Não quer, torce para não estar na lista. O exílio é continuação, só que em vez da prisão de cimento é a prisão dos compromissos, da dependência, da moradia de favor, do emprego de favor, e por tempo indeterminado. Sabe-se lá quantos anos? (KUCINSKI, 2014, p. 74).

Pintado o quadro da personalidade de Reinaldo constatamos outro dado importante: a luta armada foi feita não só por membros das classes mais abastadas da sociedade, mas também era composta na sua maioria por estudantes universitários. Trabalhando com a antítese, o narrador nos apresenta Celso, que é, do ponto de vista temperamental, muito diferente de Reinaldo:

[Celso] tinha terminado o primeiro ano de medicina quando se engajou; seis meses depois teve que abandonar e cair na clandestinidade. Foi muito azar a troca de tiros. Pegou uma das penas mais longas. Quer continuar na luta pelos companheiros que morreram, embora tenha algumas dúvidas; em todo caso fazer medicina em Cuba é uma certeza. [...] No rancho do almoço o Turquinho deve trazer mais notícias. Torce para estar na lista. (KUCINSKI, 2014, p. 77).

Embora tenha algumas dúvidas, Celso ainda acredita na luta, ao contrário de seu parceiro de cela, pensa que ainda é possível lutar. Não é artista, tem um perfil mais técnico e prático, quer ser médico. O exílio seria a possibilidade de continuar no combate. Após pintar o quadro da prisão com suas relações de truculência e de favor com Agenor, de traçar um perfil de duas personagens antagônicas, o narrador prepara-se para nos contar a parte principal do conto, que é o embate entre estas duas personalidades, por isso a forma do diálogo, que sugere o tom teatral, é tão presente nesta parte. Antes de nos ocuparmos

com ela, é interessante constatar também que, além das diferenças, Celso e Reinaldo são semelhantes em diversas coisas: ambos são estudantes que aderiram à luta por influência de amigos dentro das universidades; o narrador, e não de forma gratuita, cita os pais de ambos. Reinaldo tem um pai *severo e conservador* (p. 74), a rixa entre Celso e seu pai é insuperável:

O pai espalhou que ele está na Bélgica, estudando medicina. [...] O que será que o velho vai dizer quando os jornais publicarem a lista? Sorri, pensando nas gozações em cima do pai; com a falta de assunto no interior, isso vai durar mais de um ano. (KUCINSKI, 2014, p. 77).

A preocupação que o narrador tem ao relembrar a vida estudantil e a relação conflituosa com os pais serve para confirmar o traço juvenil dos dois personagens. Como se os dois guerrilheiros ainda estivessem bem longe do mundo dos adultos. São garotos, que odeiam o conservadorismo dos pais e com os quais as mães se preocupam tanto. Isso pode sugerir que o narrador compartilha, em todo ou em parte, da *visão da guerrilha como idealismo juvenil sem base na realidade*. O diálogo entre as duas personagens só servirá para reforçar ainda mais esta visão. Compartilhando a cela, eles estão ansiosos para descobrir quem estará na lista da troca. Desentendem-se há um bom tempo:

– É uma merda a gente não saber de nada. E se a gente zoar, pra eles abrirem as celas?

– Melhor não dar pretexto

– Porra, você é mesmo um bundão.

– Não enche o saco, Celso! Faz quatro anos que você só me enche o saco: eu digo sim, você diz não, eu digo não, você diz sim... parece criança, só quer contrariar. (KUCINSKI, 2014, p. 78).

Sim, de fato, eles parecem crianças, pois estão sempre brigando. A briga formaliza não só a infantilidade de seus atores, mas sugere também as eternas brigas dentro das esquerdas. Kucinski nos apresenta um quadro patético, muito longe de qualquer heroísmo, vemos dois garotos enjaulados e às turras. Não chegam a nenhuma conclusão e terminam a conversa como colegiais:

– E você, que fica se fazendo de poeta? Um poeta sem musa. Cadê a tua poesia que você não mostra pra ninguém?

– Melhor fazer poesia do que fingir que estuda marxismo.

– Vá à merda.

– Vá à merda você. (KUCINSKI, 2014, p. 80).

Não é possível rir destas infantilidades, pois o tom acaba sendo bem amargo: isolados, derrotados e infantis, essa é a visão que o conto nos passa dos guerrilheiros brasileiros. E, também, autoritários, pois são regidos por ordens de comando de partidos com organizações verticalizadas:

– É isso mesmo o que eu quero, quero estudar medicina em Cuba, lá tem a melhor medicina do mundo, até os putos dos capitalistas reconhecem.

– Mas quem disse que vão deixar você estudar? Você vai ter que se enquadrar. Sem o aval do comando você não entra em universidade nenhuma em Cuba; se te mandarem pra Argélia, também vai ser difícil, lá o partido é quem manda. (KUCINSKI, 2014, p. 79).

O fecho do conto acaba levando para uma conclusão, compartilhada expressamente por Reinaldo e pensada por Celso: o caminho da luta armada é um erro *per se*. Uma escolha “juvenil sem base na realidade”. E o conto termina decepcionando os dois guerrilheiros. Reinaldo, que gostaria de dizer um adeus à escolha que fizera, é exilado. A Celso é feito um veto, ele queria tanto continuar servindo à luta, mas continuará na prisão. Provavelmente, só sairá dela com a anistia em 1979. De nada adiantou a discussão dos dois colegiais, tudo ocorreu da forma que não queriam que ocorresse e a cela da cadeia parece mais um pátio de colégio da quinta série do que uma prisão. O conto pode ser entendido como crítico, se formos olhar a independência que o escritor tem para revelar o autoritarismo destas organizações, mas por outro lado, é um tanto simplificador, pois traça de forma ligeira dois garotos inconsequentes, sem tentar entender ou explicar o que os fez optar pela luta armada, o quanto sofreram em dedicar sua vida a uma causa e as torturas que sofreram, experiências que os envelheceriam muito mais. Afinal, os sofrimentos impostos pela luta armada não são aturados por crianças.

## Porta-vozes da memória hegemônica

Não é só o conto *A Troca* que acredita em um guerrilheiro infantil e inconsequente. Peguemos a fala de um sobrevivente da guerrilha sobre o tema, que participou do sequestro dos diplomatas alemão e suíço e escreveu um livro de memórias, hoje um best-seller (*Os carbonários*):

Difícilmente haverá uma guerra civil ‘limpa’. Tortura nunca mais, ditadura nunca mais, mas também luta armada nunca mais. Nenhuma ilusão mais de que existem atalhos, de que se pode consertar o Brasil por outro caminho que não o do paciente, constante e persistente exercício da democracia e daquelas liberdades que no passado chegamos a desprezar como ‘burguesas’. (SIRKIS, 2014, p. 16).

Sirkis entrou para a luta armada depois de já ter participado animadamente da militância de esquerda de seu colégio como estudante secundarista. Proveniente da classe média alta carioca, filho de um judeu polonês cuja família fora massacrada por Stalin, causou horror aos pais ao se tornar um militante de esquerda. Seu relato é alegre, compara o sequestro do cônsul às travessuras políticas que fizera no colégio. Por mais que o assunto seja sombrio, o relato quase sempre tem um desconfortante tom alegre e nostálgico. Um adulto lembrando das inconsequências da juventude. Ao nos relatar como seus companheiros sobreviventes se sentem, elenca dois tipos, os poucos que se sentem orgulhosos em ter participado das organizações armadas, e os que se constroem de tê-lo feito:

Constrangem-se em recordar de ter alguma vez acreditado, piamente, naqueles dogmas semirreligiosos de uma concepção de mundo que desmoronou com o muro de Berlim (SIRKIS, 2014, p. 10).

E, por mais que o narrador diga que não se envergonha de ter participado da luta, pelo tom do texto e por tudo o que escreve, em um certo momento ele chega a afirmar que sua crença em uma resistência nacional ao imperialismo “hoje quase beira o ridículo” (SIRKIS, 2014, p. 495), é seguro afirmar

que ele concorda que a opção de pegar em armas é uma mistura de incosequência com religião.

Trazemos os dois trechos de Alfredo Sirkis acima para mostrar que a reprovação da luta armada como forma de resistência à ditadura não é nova na literatura. Ela está presente no conto de Kucinski, no romance autobiográfico de Alfredo Sirkis e em outras narrativas ficcionais.

Para exemplificar, gostaria de citar brevemente a mesma visão em um romance de 2016. Chama-se *Cabo de Guerra*, foi escrito por Ivone Benedetti e tem a orelha escrita pelo próprio Kucinski. O livro poderia apenas ser mais um na lista, hoje crescente, dos romances sobre a ditadura militar, não fosse o fato de que o narrador em primeira pessoa do livro seja um *cachorro*, gíria utilizada pela repressão para designar os informantes, aqueles militantes pegos pela repressão e “convencidos” a colaborar com informações sobre os companheiros. Quase não ouvimos falar deles, embora, de acordo com Gaspari, eles tenham sido muitos e foram essenciais para o desmonte de várias organizações de esquerda. (GASPARI, 2002, p. 349).

Ao mesmo tempo em que a autora traz para a literatura uma figura pouco falada e envolta em tabus, ela insere-se na tradição literária brasileira de narradores desconfiáveis e de caráter duvidoso, tais como Bentinho, Brás Cubas, Paulo Honório, Luís da Silva, talvez até mesmo Riobaldo e, mais contemporaneamente, o Zeca de *Pornopopéia*. O narrador de Cabo de Guerra está mais próximo de

Luís da Silva, pois origina-se de uma família decadente da Bahia e vive sem dinheiro, precisando fazer os mais diversos trabalhos para sobreviver. Além do mais, seu relato, assim como em *Angústia*, é perpassado pela culpa de ter traído seus companheiros, e, por mais que tente ser objetivo, é cheio de visões aterrorizantes decorrentes de sua esquizofrenia. Ele conta sua história já na velhice, depois de um AVC ter-lhe impossibilitado a fala. Sua irmã, Mariquinha, uma velha senhora aposentada e cristã fervorosa, cuida dele. Após entrar para a guerrilha com certo interesse, mas sem muitas certezas, é pego pela repressão e, após uma noite pendurado no pau-de-arara, aceita colaborar com a repressão, posteriormente sendo o responsável pela “queda”, morte e desaparecimento de vários companheiros. O que nos interessa aqui é ver como ele narra seu companheiro e mentor Rodolfo, um dos líderes da organização a qual participava. Nela, podemos detectar a velha imagem do guerrilheiro romântico e sonhador:

[Rodolfo] falava, seus olhos brilhavam, felizes. Antevia a extinção da miséria, da luta de classes, da propriedade privada, do capitalismo; enxergava uma sociedade sem a competição cruel pela ascensão social, com distribuição de bens segundo a necessidade de cada um. O entusiasmo dele me calou. Fiquei ouvindo. Minhas dúvidas talvez fossem ridículas. (BENEDETTI, 2016, p. 86).

O tom cético perante o entusiasmo do companheiro não precisa necessariamente ser considerado como uma total reprovação do narrador, mas, a seguir, quando Rodolfo é comparado com sua irmã, Mariquinha, no fervor religioso, vemos que ele concorda com Sirkis:

Mundo de igualdade, extinção de conflitos pela justiça social, reino de solidariedade e do amor desinteressado, harmonia entre os povos, ausência de guerras, supressão de crimes, coisas de que algumas pessoas falam como meu avô falava do céu, nunca me impressionaram na imaginação. E, alucinação por alucinação, as minhas pareciam mais reais. Rodolfo enxergava essas coisas com a mesma nitidez com que Mariquinha enxerga por trás das parábolas, como eu enxergo o que não existe. São vários modos de sonhar. (BENEDETTI, 2016, p. 87).

Poder-se-ia argumentar que as opiniões do narrador, especialmente de um narrador mau caráter, não seriam as mesmas do romance. As descrições sobre a tortura e sobre as mentes rasas dos torturadores condenam a ditadura. Mas não propõem ao leitor nenhum caminho pelo qual as coisas poderiam ter sido diferentes. O romance não demoniza propriamente a guerrilha, mas certamente tem tanto entusiasmo por ela quanto seu narrador. Fica a visão do jovem Rodolfo, cheio de boas intenções, mas que acredita num sonho revolucionário impossível: a guerrilha no romance é uma aventura de jovens, linda nos ideais e com pouco lastro de realidade, portanto, de acordo com essa perspectiva, seria melhor que não tivesse ocorrido. A anistia, por sua vez, não é aclamada, a fala do narrador mostra que, na visão do romance, ela foi um “jeitinho” para tentar esquecer o passado sem trabalhá-lo, absolvendo a todos, principalmente aos torturadores. A visão de Brasil é sem dúvida bem pessimista: as manifestações pelas diretas são um “circo”.

Tanto Benedetti quanto Sirkis condenam a opção pela guerrilha, independente das condições específicas nas quais ela poderia ser escolhida, e são, portanto, mesmo que inconscientemente, porta-vozes da memória hegemônica, no que tange à aversão desta a toda solução que estivesse fora da luta pela democracia. E, como tentamos convencer o leitor, acreditamos que talvez este também seja o caso do conto de Kucinski analisado acima, embora pensemos que não seja o caso de outras obras suas, como buscaremos mostrar a seguir. Antes, porém, vale lembrar que nenhum destes escritores coloca em pé de igualdade os erros da guerrilha com os erros do regime, como bem observa Berta Waldman na sua resenha do *K.*:

Longe de qualquer tratamento maniqueísta, a vilania dos regimes de opressão não se contrapõe de modo absoluto aos revoltosos, neste livro. Entre os dois polos formam-se as ‘zonas cinzentas’ de que falava Primo Lévi em *Os Afogados e os Sobreviventes*, aquela região difusa do Lager, em que o prisioneiro se deixava ‘envolver’ pelas negociações com os alemães. Mas se é impossível discernir de modo absoluto as forças opostas, é certo que elas não se equivalem. Ou como disse o próprio Primo Lévi, quando trata da analogia paradoxal entre vítima e opressor: ‘os dois estão na mesma armadilha, mas é o opressor, e só ele, quem a preparou e a fez disparar...’ (WALDMAN, 2011, p. 5).

Mas, afinal de contas, a opção armada, *per se*, é necessariamente um sonho infantil? O que dizer, por exemplo, dos chineses armados que, bem-sucedidos, conseguiram expulsar os japoneses de seu território nos anos 40? E as guerras coloniais na África na segunda metade do século XX, onde guerrilheiros organizados venceram as guerras que lutaram em Argélia, Angola, Moçambique e tantos outros países,

expulsando os colonizadores que os tiranizavam? E o caso de Cuba? Do Vietnã, um dos grandes vencedores contra o imperialismo americano na Guerra Fria? (HOBBSAWM, 1995) Querendo ou não, ao descartar por completo a possibilidade da luta armada, estes autores, embora bem-intencionados, acabam encampando uma atitude maniqueísta, pois ignoram as vitórias (ainda que muitas vezes vitórias de Pirro) das guerrilhas ao redor do mundo.

## Um Kucinski mais complexo

Aparentemente, a partir da análise que fizemos de seu conto, podemos dizer que Kucinski concorda com Benedetti e Sirkis. Todavia, se olharmos para outros trechos de sua obra, veremos que neste aspecto ele se diferencia um pouco de seus colegas aqui citados. Em *K.*, um narrador de terceira pessoa reconstitui ficcionalmente o momento em que um casal de guerrilheiros percebe que estão em perigo. O começo do relato parece fazer o uso do discurso indireto livre apresentando ao leitor os medos do casal:

Ali dentro, no pequeno apartamento quarto e sala, instaura-se no casal o pânico. Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça. A queda do ponto naquela manhã só se explica pela delação. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restaram. (KUCINSKI, 2016, p. 26).

O aspecto do medo e o tom dramático (“transpiram, exalando desgraça”) convidam o leitor à

compaixão pelo casal, não no sentido comum de sentir pena por eles, mas em seu sentido etimológico, que é sofrer com eles, sentir o mesmo medo que eles sentem. Em breve descobrimos que a fala do narrador não se cola às das personagens. Ele não é imparcial, acaba, mesmo que sutilmente, comportando-se como um narrador ainda mais antigo que o narrador flaubertiano, interrompendo a narrativa e avaliando a decisão do casal de continuar na luta. Trata-se muito mais de um narrador balzaquiano:

O que fazer? Meses antes, quando o chefe caiu, a solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros no futuro. [...], mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota. (KUCINSKI, 2016, p. 27).

Não poderia haver narrador mais tradicional. Uma sabedoria *ex-machina*. Claramente ele propõe uma solução para os erros de suas personagens. Obviamente que ele sabe que é a distância temporal que lhe dá essa sabedoria (“vão passar décadas até os sobreviventes admitirem a derrota”). Não se trata aqui, prossegue o narrador em seu julgamento, de uma negação da guerrilha, o grande erro teria sido não perceber que, naquela situação, ela não teria funcionado. Não é uma reprovação de uma escolha infantil por um método imaginário, mas sim uma falta de percepção da conjuntura do momento:

[...] havia sempre o recurso de se refugiar num buraco qualquer, num sítio, numa embaixada, no arcebispado. Desde que assumissem a derrota. A chave da solução era assumir a derrota, dar a luta por encerrada. Mas ambos perseveraram. Não agem com lucidez. Não os guia a lógica da luta política, e sim outras lógicas, quem sabe a da culpa, a da solidariedade, ou do desespero. (KUCINSKI, 2016, p. 28).



Fica, porém, a sugestão de fervor religioso dos militantes (“não agem com lucidez”) percebida também no conto anteriormente analisado. Fica também a crítica velada à estrutura verticalizada das organizações de esquerda, que impunham diversas regras de comportamento a seus quadros, fazendo com que eles sigam estas regras e prefiram a morte a descumpri-las:

Há tempos firmaram a jura de não se deixarem pegar vivos, para não entregar companheiros sobre tortura. As cápsulas de cianureto não estão no manual de conduta. (KUCINSKI, 2016, p. 29).

Este capítulo-conto de *K.* é de uma qualidade literária muito melhor do que o conto *A troca*, pois evita o infantilismo e a simplificação. Faz um esforço muito grande em tentar captar os medos e as decisões de duas pessoas adultas, não debocha da guerrilha de forma gratuita e o sarcasmo do final é extremamente amargo (“As cápsulas de cianureto não estão no manual de conduta”).

Mas resta a pergunta: Por que a luta deu errado? Qual foi o motivo da derrota? Um pequeno trecho deste mesmo capítulo-conto sugere uma resposta:

Lá fora a vida segue como sempre: o produto interno bruto a crescer; as mulheres a fazer compras, os meninos, a brincar; mendigos, a suplicar; e namorados, a se beijar. O casal pode tentar a sobrevivência, para retomar a luta depois, em outras condições, em outros termos. (KUCINSKI, 2016, p. 29).

A triste constatação é que pouca gente, de fato,

estava ligando para os rumos da luta armada no Brasil. A sociedade civil, como um todo, não aderiu à luta. Consequentemente, a guerrilha estava fadada ao fracasso, principalmente quando o *produto interno bruto está a crescer*. É muito difícil falar em revolução popular sem o real apoio de seu povo.

E se olharmos outro breve conto de sua coletânea *Você vai voltar pra mim*, veremos que lá esta perspectiva também está presente. Trata-se do conto *A Sandinista*, onde um narrador idoso relembra o passado em seu exílio no Chile, e dos companheiros salvadorenos, chilenos e nicaraguenses que também haviam optado por lutar. Em um trecho, ao falar de sua admiração por uma guerrilheira, ele compara as experiências da guerrilha no Brasil e na Nicarágua:

A sandinista Carmem o comovia em especial. Chamava a atenção por suas feições duras, quase masculinas, num corpo bem feminino, de seios fartos e cintura fina. [...] Trocavam coincidências, comparavam notícias da luta armada no Brasil – que o professor considerava isolada e fadada à derrota – com a da Nicarágua, onde a frente sandinista conseguira atrair setores amplos da população. (KUCINSKI, 2014, p. 154).

Isolada numa bolha universitária da classe média, sem conseguir atrair “setores amplos da população”, é difícil não concordar com o professor que a luta armada não estava fadada ao fracasso.

Esta também é a opinião de Elio Gaspari, que chama a atenção para o fato de que, na sua maioria, os militantes de esquerda não conseguiram o apoio da classe trabalhadora, pois mais da metade das pessoas processadas por algum tipo de relação com a luta armada vinham das classes médias e escolarizadas e, em sua maioria, eram estudantes

universitários. Estas organizações também não souberam fazer alianças com setores de fora do seu campo ideológico, que eram contra a ditadura, mas viam na luta revolucionária um empecilho à luta pela democracia. (GASPARI, 2002, p. 193-194).

Resta, porém, perguntarmos se não é confortável demais condenar ações feitas há mais de quarenta anos, nas quais o comentarista não participou. Afinal, é muito fácil analisar certas ações quando não se está implicado nelas. Kucinski parece estar ciente deste problema, ao escrever um capítulo em sua obra que é uma espécie de continuação-comentário do *K.*, *Os visitantes*. Neste interessantíssimo livro, pessoas que de alguma forma foram implicadas no *K.* vão visitar o escritor para fazer comentários, congratulações e, na maioria dos casos, recriminá-lo em passagens que não concordam no que concerne à sua veracidade, tom ou avaliação do escritor. Na última visita, um velho amigo que participou da luta vai visitá-lo e lhe informa que outro ex-guerrilheiro não gostou nada da forma que foi retratado em *K.*, trata-se do João Evangelista, último líder da Ação Libertadora Nacional e que executou um ex-companheiro, o Márcio<sup>2</sup>, por ter supostamente falado coisas muito comprometedoras sob tortura. Houve um julgamento, mas acredita-se que foi apenas um pretexto para eliminar Márcio, que queria abandonar a luta. A crítica de Kucinski, obviamente, é válida e mostra o quanto a interação com o regime fez com que as organizações de esquerda se tornassem internamente cada vez mais violentas. Porém, as palavras que seu amigo lhe traz nos *Visitantes* valem

a pena de ser ouvidas, pois levam em consideração o quão difícil era tomar decisões justas e equilibradas no calor do momento. Seu amigo lhe informa que João Evangelista está irritado com ele:

Está puto comigo por quê? Porque você foi injusto não considerou as circunstâncias da época. Indaguei: que circunstâncias? O risco à segurança, não podiam facilitar. Contestei: Risco de o Márcio fosse um frouxo e estivesse a ponto de cair, ele não era nada disso. Ele disse: havia suspeitas. Eu refutei: Nenhuma prova. Ele disse: faz parte de toda a guerra, cara, a resistência francesa também cometeu esse erro. (KUCINSKI, 2016, p. 71).

Obviamente que a justificativa “era uma guerra” é bem falaciosa, já que ela pode ser utilizada para justificar as maiores atrocidades. Médici e Geisel usaram-na para justificar a matança dos opositores do regime (GASPARI, 2002), mas, de toda a forma, é meio confortável criticar guerrilheiros paranoicos na frente de combate, enquanto se está fazendo jornalismo na Inglaterra, como seu amigo faz questão de lembrar:

Se você quer saber a verdade, seu livro não me interessa, porque você não participou. Reconheço que como jornalista você foi legal, mas depois, você se mandou para a Inglaterra e nós ficamos aqui, segurando a barra; então é muito fácil criticar, ainda mais *a posteriori*, como se as certezas de hoje fossem as certezas daquela época. Perguntei: Então você concorda com o João Evangelista? Basicamente, concordo, virou moda culpar os derrotados, todos fazem isso, e a sua novela, também. (KUCINSKI, 2016, p. 73).

Discordamos em parte do último visitante. A obra de Kucinski interessa, e muito. Primeiramente, porque lembrar é preciso, ainda mais num momento

como este, quando o regime militar é publicamente defendido pelo homem que está no cargo mais alto do país. Em segundo lugar, pelo próprio valor de sua obra, que, se pode apresentar momentos de pouca força de análise, tais como no conto *A Troca*, apresenta também altos momentos de lucidez e construção formal, como em partes memoráveis do *K.*, da qual comentamos apenas uma. Em sua obra os tabus são colocados à luz. Tabu do desaparecimento, tabu da crueldade e estupidez dos militares, tabu da ingenuidade e crueldade dos próprios guerrilheiros. E, em os *Visitantes*, ele traz a problemática que concerne a todos nós, interessados em história e em literatura. Até que ponto uma crítica de uma ação no mundo real é justa quando ela vem da escritaninha? Até que ponto a teoria se perde, sem o contato com a prática? Pode um intelectual ou um artista, por mais dedicado que seja a uma causa, grupo ou classe, captar de fato a experiência que os outros sofreram? Por mais que nos esforcemos, há sempre um descompasso entre o fazer e o analisar, entre pegar em armas e escrever um romance.

## Referências

AUERBACH, Erich. *A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENEDETTI, Ivone. *Cabo de Guerra*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MARCO, V. "Na poeira do romance histórico". In: BOËCHAT, M. C. B. *et alii*. *Romance histórico – recorrência e transformações*. Belo Horizonte:

FALE/UFMG, 2000.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Cia das Letras, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma Busca*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os Visitantes*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é Vencer: As dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15 esp., p. 09-44, nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota: A literatura brasileira durante o regime militar. *Revista Literatura e Sociedade*, n. 23, p. 230-243, jul./dez. 2016.

PERLATTO, Fernando. História, Literatura e a Ditadura brasileira: Historiografia e Ficções no Contexto do Cinquentenário do Golpe de 1964. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 62,

p. 721-740, set./dez. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Thomaz (Org.). *Literatura e História: Identidades e Fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

WALDMAN, Berta. O Texto como Lápide. *Cadernos De Língua e Literatura Hebraica*, v. 11, 2014.

Recebido em: 19/02/2019

Aceito em: 09/05/2019

## Notas

<sup>1</sup> Tigrada é nome que Elio Gaspari dá aos oficiais do exército dedicados à perseguição, prisão, tortura, morte e desaparecimento dos militantes de esquerda.

<sup>2</sup> O “justiçamento” do guerrilheiro Márcio pela ALN é narrado no livro de Sirkis (2014, p. 410-414).